

## Uma análise da conservação dos artefatos de memória nas lápides do século XIX do Cemitério de Santo Amaro, PE

### RESUMO

O presente trabalho analisa as condições e o grau de conservação das lápides referentes aos anos de 1851 a 1900, que se encontram no Cemitério do Senhor Bom Jesus da Redenção de Santo Amaro das Salinas, em Recife, relacionando-as à conservação dos diferentes suportes materiais de memória ali presentes. Constata que, se por um lado há estruturas que possuem valores arquitetônicos, artísticos e arqueológicos e precisam ser preservadas nesse cemitério, por outro, também há nesses mesmos artefatos diversas formas de materialização de memórias que ali se encontram, são estabelecidas e esquecidas pelos mesmos processos e agentes que as estruturaram, segundo argumenta Paul Ricoeur, estabelecendo entre elas uma relação em que uma é essencial para a outra. O estudo do estado de conservação dos artefatos contidos nesse cemitério evidencia uma série de debates que permeiam a realidade e os desafios de conservar espaços multicomponenciais e funcionalmente ativos em sua finalidade primária. Afinal, quais são as características comuns aos suportes de memória que ali estão preservados? Quais os principais aspectos que estes comunicam sobre o passado e, por fim, o que evidenciam sobre a necessidade de se reavaliar o estabelecimento de diretrizes preventivas relacionadas à manutenção do patrimônio nas necrópoles?

**Palavras-chave:** Arqueologia, Cemitérios, Conservação, Memória, Materialidade.

\*Doutorando em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro da Associação Brasileira de Estudos Cemiteriais (ABEC). CV: <http://lattes.cnpq.br/6894571100562369>.

\*\*Doutoranda em Arqueologia pela Universidade de Sergipe (UFS). Técnica em Gerenciamento de Acervos do Museu de Arqueologia e Ciências Naturais da UNICAP (MUSARQ). CV: <http://lattes.cnpq.br/6640510452629796>.

\*\*\*Doutorando em Arqueologia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Membro do Laboratório de Estudos Arqueológicos e integrante do Grupo de Estudos Cemiteriais

## An Analysis of the Preservation of Artifacts of Memory on 19th-Century Tombstones at the Santo Amaro Cemetery, Pernambuco

### ABSTRACT

This study analyzes the condition and state of preservation of the tombstones dating from 1851 to 1900 located at the Senhor Bom Jesus da Redenção Cemetery in Santo Amaro das Salinas, Recife, and examines how this relates to the preservation of the various material artifacts of memory found there. It finds that, while on the one hand there are structures of architectural, artistic, and archaeological value that need to be preserved in this cemetery, on the other hand, these same artifacts also contain diverse forms of materialized memory that are established and forgotten through the very processes and agents that structured them, as Paul Ricoeur argues, establishing a relationship between them in which one is essential to the other. The study of the state of conservation of the artifacts contained in this cemetery highlights a series of debates that permeate the reality and challenges of conserving multi-component spaces that remain functionally active in their primary purpose. After all, what are the common characteristics of the memory carriers being preserved there? What are the main aspects they convey about the past, and, finally, what do they reveal about the need to reevaluate the establishment of preventive guidelines related to the maintenance of heritage in cemeteries?

**Keywords:** Archaeology, Cemeteries, Conservation, Memory, Materiality.

## Un análisis de la conservación de los elementos conmemorativos en las lápidas del siglo XIX del cementerio de Santo Amaro, en el estado de Pernambuco

### RESUMEN

El presente trabajo analiza las condiciones y el grado de conservación de las lápidas que datan de los años 1851 a 1900, ubicadas en el Cementerio del Señor Bom Jesus da Redenção de Santo Amaro das Salinas, en Recife, y las relaciona con la conservación de los diferentes soportes materiales de memoria que allí se encuentran. Consta que, si bien por un lado hay estructuras que poseen valor arquitectónico, artístico y arqueológico que deben preservarse en este cementerio, por otro lado, también hay en esos mismos artefactos diversas formas de materialización de las memorias que allí se encuentran, las cuales son establecidas y olvidadas por los mismos procesos y agentes que las estructuraron, según argumenta Paul Ricoeur, estableciendo entre ellas una relación en la que una es esencial para la otra. El estudio del estado de conservación de los artefactos contenidos en este cementerio pone de manifiesto una serie de debates que impregnan la realidad y los desafíos de conservar espacios multicomponentes y funcionalmente activos en su finalidad primaria. Después de todo, ¿cuáles son las características comunes de los soportes de memoria que se conservan allí? ¿Cuáles son los principales aspectos que estos comunican sobre el pasado y, finalmente, qué evidencian sobre la necesidad de reevaluar el establecimiento de directrices preventivas para el mantenimiento del patrimonio en las necrópolis?

**Palabras clave:** Arqueología, Cementerios, Conservación, Memoria, Materialidad.



**E**m meados do século XIX, o Brasil passou por um processo de negociação simbólica e de transição entre os enterramentos dentro das igrejas e os novos cemitérios públicos extramuros, como alternativa sanitária, criados a partir do fim de 1840 e do início da década de 1850. O período marca um interstício de relevância simbólica sobre os quais aspectos definidores das práticas funerárias brasileiras tomam forma a partir da liminaridade entre o “espaço sagrado” e o “espaço público” (Pagoto, 2004). Trata-se, por sua vez, de um tema vasto, explorado pela historiografia sobretudo sob a perspectiva dos aspectos práticos do higienismo, da secularização e da modificação das sensibilidades e das posturas coletivas diante do fenômeno da morte (Reis, 1991; Rodrigues, 1997; Cymbalista, 2002).

Mais do que o desenvolvimento de dispositivos meramente utilitários, a emergência das novas necrópoles representou um marco na produção de lugares, afetos e memórias, remodelando experiências, ritos e processos mnêmicos. As memórias e os cultos realizados nos novos espaços cemiteriais ocorreram de diferentes modos. Um deles, por elementos fugazes, manifestos em procedimentos ritualísticos e religiosos, como rezas, orações, missas, preces ou outras formas, como uma visita ao jazigo familiar. Outro, não opositor, mas simbolicamente reiterante, teve relação direta com a cultura material, ou seja, com artefatos que, de algum modo, representavam o defunto e buscavam expressar sua memória.

A materialidade dos objetos funerários permite que a memória da pessoa ali inumada seja preservada por um período mais longo, uma vez que parte desses artefatos é feita com materiais de longa duração, como pedras, que podem permanecer em local idealizado no sistema de concessão perpétua do cemitério. Esses artefatos consistem no jazigo como estrutura completa, mas também em sua composição mais detalhada, como lápides, ornamentos, gradis, metais e outros elementos materiais que compõem o túmulo. Contudo, para manter os artefatos em seu lugar de origem, há um alto custo econômico, especialmente em períodos mais longos. Deste modo, desde a construção do cemitério, no século XIX, nem todas as pessoas conseguiam arcar com os custos da concessão perpétua. Nesses casos, no Cemitério de Santo Amaro, as estruturas funerárias são alocadas em um sistema de rotatividade de dois anos, em túmulos, com a permanência periódica do morto nesse período.

A relação, ou melhor dizendo, as múltiplas relações entre a produção e atribuição de sentido à cultura material, a sujeitos e grupos humanos, bem como a entretela fronteira entre o individual e o coletivo, entre o simbólico e o físico, têm tornado tais espaços receptáculos de relevância expressiva no tocante à observação das especificidades que dão forma e sensibilidade às coisas (Gonçalves, 2005). Dada a longevidade operacional desses dispositivos, a finitude não apenas da vida, em seu sentido biológico, como também do espaço e da matéria, sobre os quais esses diversos discursos relacionais são edificados ao longo do tempo, surge como um componente complexo que constitui tensões definidoras de manutenções e apagamentos. É precisamente sob tal cenário que a presença ou transformação de determinados artefatos ultrapassa os limites de suas construções físicas e evidencia expressões profundas de negociação da memória e das desigualdades em torno do lugar da morte.

Os cemitérios edificadas ao longo do segundo reinado permaneceram funcionais ao longo das décadas, mas refletiram as marcas de um fluxo contínuo de autofagia que atravessou



as ações do tempo e o gerenciamento de espaço e de recursos (Sial et al., 2025). Por um lado, a materialidade dos objetos funerários permite que a memória seja preservada por um período mais longo, uma vez que parte desses artefatos é feita com materiais de longa duração, como pedras, e pode permanecer em seu local idealizado no sistema de concessão perpétua do cemitério. Contudo, para manter os artefatos em seu lugar de origem funerária, há um alto custo econômico, especialmente ao longo de períodos mais longos. A permanência dos objetos de memória em torno do túmulo, nesse sentido, passou a se condicionar a regimes de concessão periódica, que assegurariam o reaproveitamento cíclico dos espaços.

A memória material que se pretendeu estabelecer nos cemitérios por meio da construção dos túmulos, jazigos, estátuas, elementos arquitetônicos etc, é legitimada por meio de sua dimensão e integridade física, na qual algumas narrativas conseguem se fixar e perpetuar, enquanto outras acabam sendo esquecidas diante da impossibilidade de serem funcionalmente mantidas por longos períodos. Contudo, a ausência de registros materiais no espaço cemiterial não constitui o único fator responsável pelo apagamento dessas memórias. A preservação da memória inscrita em diferentes suportes também está diretamente relacionada à conservação dos artefatos funerários, para a qual um conjunto de fatores pode favorecer ou comprometer sua manutenção ao longo do tempo. Existe uma diversidade de elementos envolvidos nesse processo; entre os principais, no caso do cemitério de Santo Amaro, em Recife, destacam-se a estrutura física do cemitério, a manutenção das estruturas funerárias, a presença de patologias nessas estruturas, a preservação dos artefatos por parte das famílias e a ação de agentes externos, como animais, chuvas, ventos, fungos e furtos (nesse caso, visto que muitas estruturas funerárias possuem materiais de alto valor econômico, tornando-se alvo recorrente de roubos).

O presente trabalho objetiva analisar as condições e o grau de conservação das lápides referentes aos anos de 1851 a 1900, que se encontram no Cemitério do Senhor Bom Jesus da Redenção de Santo Amaro das Salinas, em Recife, relacionando-as à conservação dos diferentes suportes materiais de memória que ocupam o local. Se, por um lado, há estruturas que possuem valor arquitetônico, artístico e arqueológico e que precisam ser preservadas nesse cemitério, por outro, também há, nesses mesmos artefatos, diversas formas de materialização de memórias que ali se encontram, estabelecidas e esquecidas (Ricoeur, 2007) pelos mesmos processos e agentes que as estruturaram, estabelecendo entre elas uma relação em que uma é essencial para a outra.

A conservação dos cemitérios é um tema consolidado na bibliografia e em constante atualização. Podem ser citados, a título de exemplo, o trabalho de Elisiana Trilha Castro (2010), no qual, em decorrência do tombamento do Cemitério dos Imigrantes em Joinville, analisa o tema da preservação sob o enfoque do campo temático do patrimônio. Há ainda o trabalho de Luciane Kuzmickas (2013), que aborda o estado de conservação dos monumentos pétreos do Cemitério da Consolação, em São Paulo; e os artigos de Fabiana Comerlato et al. (2012; 2013) que investigam a preservação dos cemitérios de Cachoeira e de São Félix, na Bahia. Outras pesquisas perpassam pela noção de conservação cemiterial, a exemplo de Almeida (2005), Andrade Lima (1994), Bellomo (2000), Borges (2002), entre outras.



O Cemitério de Santo Amaro também é referenciado quanto às práticas de conservação, por meio de estudos, como o de Giseli Santana Costa e Viviane Maria de Cavalcanti (2015), no qual as pesquisadoras discutem o estado de conservação dos primeiros túmulos do sítio. As produções em âmbito nacional e o início dos estudos em Pernambuco sugerem não apenas a relevância de diagnósticos situacionais como elementos basilares para o monitoramento de cemitérios como espaços de expressão de memória e identidade. Caracterizam-se por esforços contínuos na elaboração de protocolos analíticos propositivos, capazes não apenas de mapear, mas também de discutir as diferentes implicações desses quadros a longo prazo.

A memória é construída a partir de experiências passadas e representada por meio de uma imagem, que pode ser visual ou auditiva, segundo Ricoeur (2007). Para o autor, a memória está diretamente ligada à imaginação, uma vez que é necessário imaginar para que a memória, como mera rememoração, ocorra. O autor afirma que “essas duas afecções estão ligadas por contiguidade, evocar uma — portanto, imaginar — é evocar a outra, portanto, lembrar-se dela” (Ricoeur, 2007, p. 25). O autor ainda pontua que o lembrar, ou a lembrança, ocorre no terreno do imaginário, visto que há diferença entre a imagem do objeto e o objeto real. Catroga (2015) aborda questão semelhante ao pontuar que a imagem do objeto representa um objeto ausente, por meio da qual se busca representar o real-passado. Desse modo, para fins do presente artigo, compreenderemos que a memória estabelecida no cemitério se encontra na representação material da memória do morto, ou seja, na estrutura funerária que permite demarcar, física e geograficamente, a presença do falecido, visando facilitar a prática ritualística da memória por meio da representação daquele que não se encontra mais em vida. Se, para Ricoeur, o rastro para a história é o que permite o estudo da memória, seja ela oral ou documental escrita (Ricoeur, 2007, p.155), para a arqueologia cemiterial esse aspecto da memória está presente na materialidade funerária, nos túmulos, em seus materiais, representações e cultos realizados neles.

Ricoeur ainda aborda duas dimensões da memória, a individual e a coletiva. A primeira é acessada apenas pelo indivíduo e representa as memórias das experiências individuais de cada pessoa. A segunda trata da memória compartilhada por um coletivo, um grupo de pessoas demograficamente variado, de grande ou pequena escala, materializada em monumentos, textos ou rituais. Para o autor, a individual e a coletiva são inseparáveis, posto que a coletiva também compõe a individual e a individual também compõe a coletiva.

De acordo com Ribeiro (2012), a arqueologia destaca-se não apenas por evidenciar a dimensão material das relações entre grupos humanos na lida com os fenômenos culturais em meio ao ambiente, mas também por contextualizá-las em graus variados de escala. Partindo dessa premissa, ao trabalharmos com o apelo material mnêmico dos espaços, torna-se possível uma soma de análises direcionais sobre movimentos coletivos e, simultaneamente, individuais. Catroga (2015) aponta que as memórias só alcançam o âmbito da função social por intermédio da representação do passado em rituais, imagens, linguagem ou em suportes físicos, como monumentos e relíquias. Para o autor, caso não existam esses suportes simbólicos e materiais, a memória não se desenvolve no sujeito. Portanto, é nesse espaço que a arqueologia trabalha, no qual a memória se faz viva no individual e no coletivo, na materialidade artefactual, mas também na simbólica, que lhe permite se desenvolver. Pollak já apontava como a materialidade



auxilia na construção das memórias individuais e coletivas, ao afirmar que, além “de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada solidificada nas pedras” (Pollak, 1989, p. 10), que são terrenos de disputa de legitimidade de regimes políticos, de relações, de direitos a lugares e de identidades.

Segundo Strauss (2012), a presença de espaços formalmente delimitados e instrumentalizados para fins funerários revela questões singulares sobre organizações culturais em processo de sedentarização. Trata-se de índices de territorialização que pressupõem coesão social e física, com o propósito de produção e manutenção de seus propósitos utilitários, que, além de locais de inumação, sumarizam os modos pelos quais a morte é lida, pelo que Sahlins (1985) chamou de estrutura da conjuntura. Os cemitérios oitocentistas e sua cultura material endógena – provenientes da assimilação de um novo lugar destinado aos mortos – representariam, nesse sentido, a consolidação não apenas de novos valores estéticos e funcionais, mas também de novas formas de “ser” e “habitar”.

Conservar, por sua vez, traz consigo a sombra do resguardo e da prevenção de processos que promovam o desgaste ou qualquer forma de desintegração que comprometa a integridade dos bens patrimoniais, articulando saberes de ordem técnica e gerencial sobre bens móveis e imóveis (Froner, 1995; Ghetti, 2015). Embora as discussões sobre a proteção de novas acepções de patrimônio, sobretudo situadas em solo urbano, recorrentemente protagonizem, de modo antagônico, o atrito entre memória e desenvolvimento e o risco de cristalização das dinâmicas contemporâneas (Choay, 1992), observa-se que a perspectiva dicotômica tem sido gradativamente rejeitada (Oliveira & Arat, 2023).

Apesar de comportar um tema assíduo na literatura dos últimos 20 anos, a exemplo dos trabalhos de Zanchetti (2003), Menezes e Veiga (2021), Diniz (2022) e Andrade e Faria (2023), denominadores comuns e caminhos para uma relação equilibrada de sustentabilidade urbana permanecem um grande desafio nas metrópoles brasileiras, tendo em vista a diversidade operacional de seus dispositivos e a fragmentação contextual de suas conjunturas espaciais, sociais e políticas. No caso dos cemitérios públicos, tais tensões somam-se não apenas às agendas de disputa por espaço, mas também a múltiplos agentes que incidem sobre a permanência (ou não) de suas expressões, como demonstram autores como Sial (2005) e João José Reis (1991).

## O cemitério de Santo Amaro e o trabalho de campo

Embora historicamente a conformação física dos cemitérios públicos brasileiros remonte a um intervalo de quase 180 anos, seus *ethos* funcionais e simbólicos se encontram fortemente atrelados enquanto espaços de expressão de memória e de construção identitária (Verdery, 1999). Essa conexão histórica sublinha a persistência dos significados atribuídos a esses espaços ao longo do tempo. A institucionalização desses recintos é observada desde



o parágrafo 2º do artigo 66 da Lei de outubro de 1828,<sup>2</sup> que instruiu a criação das primeiras necrópoles sob a administração das câmaras municipais. Tal diretriz foi reforçada por influências administrativas de províncias vizinhas, como o Decreto 796, de 14 de junho de 1851, no Rio de Janeiro,<sup>3</sup> e pelos apontamentos do referendo 44220, de 1835, do Reino de Portugal.<sup>4</sup> O ato de enterrar os mortos em um espaço demarcado e afastado de povoados limítrofes contribuiu para a imagem da lida com a morte como hoje é conhecida. A partir desse movimento contínuo de implementação de modelos de aparelhamento urbano, os cemitérios consolidaram-se como meios de expressão material da memória fúnebre, conforme analisado por Sial (2005).

Fruto dessa confluência, o cemitério do Senhor Bom Jesus da Redenção de Santo Amaro das Salinas, hoje com 174 anos, tornou-se um marco emblemático na construção urbana do Recife. Conhecido como Cemitério de Santo Amaro, está localizado no Recife e foi criado e oficializado pela Lei Provincial nº 91 de 1841,<sup>5</sup> tendo sido inaugurado oficialmente no dia 1º de março de 1851 (Sial, 2005). Sua presença evidencia a emergência de um novo lugar destinado a inumações projetado sob o limiar da regulamentação urbana, bem como sob a luz de uma engenharia de apelo estético, progressivamente marcada pela busca do racional traduzido no planejamento meticuloso e simétrico de espaços de convívio e mobilidade (Silva Júnior et. al, 2025).

Com quase 120 mil metros quadrados iniciais, o complexo composto por um átrio neoclássico com lotes sepultáveis e uma capela central em estilo neogótico iniciou na província de Pernambuco o período embrionário das grandes necrópoles extramuros, tornando-se referencial estrutural para comarcas e freguesias dos arrabaldes litorâneos e, ao longo das últimas décadas do século XXI, objeto central de discussões diversas sobre saúde pública, políticas sanitárias durante os cenários epidêmicos do século XIX, estratégias voltadas à visitação turística e caracterização técnica de seu complexo arquitetônico, destacando o amplo potencial de seu repertório paisagístico como meio de compreensão e estabelecimento de relações humanas através do tempo.

De igual maneira, cemitérios como o de Santo Amaro revelam-se testemunhos únicos de seus múltiplos tempos; sinalizam o gradual abandono da morte barroca em cemitérios eclesiásticos, particulares e rurais, bem como o apagamento dessas inscrições mortuárias coloniais sob as malhas municipais. Em antítese, seus espaços oficiais persistem como referenciais identitários, assentados no alicerce iconográfico, arquitetônico e epigráfico de seus inumados, mostrando-se lugares de memória firmemente estabelecidos como bens de interesse coletivo. O estudo situacional do estado de conservação das primeiras estruturas edificadas sob tais domínios, torna-se peça fundamental para o entendimento da preservação de aspectos mnêmicos materiais no campo cemiterial, bem como para a consolidação de

<sup>2</sup> BRASIL. Decreto de 28 de outubro de 1828. Dispõe sobre a criação de Câmaras Municipais. *Coleção das Leis do Império do Brasil*, Rio de Janeiro.

<sup>3</sup> IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 796, de 14 de junho de 1851. Dispõe sobre o regulamento dos cemeterios, e do serviço dos enterros da cidade do rio de janeiro, a que se refere o decreto desta data. *Diário Oficial*, Rio de Janeiro, 1851.

<sup>4</sup> PORTUGAL. Referendo nº 44.220, de 1835. Promulga as normas para a construção e polícia de cemitérios. *Diário da Republica*, 21 de setembro de 1835.

<sup>5</sup> Lei provincial que oficializa a inauguração do Cemitério de Santo Amaro.



uma base para o debate e estabelecimento de protocolos que visem mitigar processos de degradação e apagamento sistêmico.

Atualmente, o Cemitério de Santo Amaro possui uma política de conservação dos túmulos, segundo a qual a administração é responsável pela limpeza das avenidas e ruas. Entretanto, os proprietários são responsáveis pela limpeza rotineira de seus respectivos jazigos. Desse modo, diversas estruturas funerárias encontram-se em estado de menor conservação devido ao fato de os proprietários não realizarem a manutenção. O cemitério só realiza a manutenção dos túmulos sem concessão. No caso dos túmulos rotativos, adquiridos por um valor monetário inferior ao dos jazigos perpétuos, a manutenção também cabe à família. Contudo, nesse caso, são túmulos que estão geograficamente no interior das quadras, enquanto os jazigos perpétuos estão no exterior, à vista do trem que por lá transita. Nesse sentido, os túmulos rotativos, que são covas rasas, não têm visibilidade, visto que os perpétuos se impõem à sua frente. A rotatividade desses túmulos ocorre ao completar 2 anos,<sup>6</sup> quando a administração do cemitério determina a exumação dos ossos e a devolução à família. Caso a família não reclame os ossos dos exumados, são colocados em sacos individuais com identificação e alocados em um ossuário coletivo.

A pesquisa realizada teve como fontes e objeto as lápides referentes ao período de 1851 a 1900, que marca os primeiros cinquenta anos de funcionamento da necrópole desde a sua fundação. Como o cemitério Senhor Bom Jesus da Redenção é um sítio ainda em uso, é possível realizar a pesquisa em campo atualmente, mediante a identificação dos artefatos fúnebres em seus contextos de construção originais. Para isso, utilizamos uma ficha de protocolo das lápides, na qual, dentre outros aspectos, destacamos a presença de certas patologias, como fissuras, quebra parcial, colonização biológica, pintura e alteração cromática/depósito. Para a identificação e definição dessas categorias, utilizou-se o glossário ilustrativo do ICOMOS-ICS.<sup>7</sup>

A ficha foi baseada no modelo de Macedo (2021), composta por indicadores de localização dos jazigos no cemitério, sepultados, dimensão e material da estrutura funerária, tipologias de ornamentos, epitáfio, autoria de possíveis obras, estado de conservação e presença de demais materiais na estrutura. A ficha permite avaliar não apenas a conservação da lápide enquanto estrutura, mas também as informações e a visibilidade contidas nela, tais como nome do falecido, datas, epitáfios ou ornamentos, quando existiam. Para categorizar cada lápide, utilizamos como base a ideia dos cinco graus de conservação dos artefatos, distribuídos em péssimo, ruim, regular, bom e ótimo. O grau 1 foi utilizado para classificação das lápides sem qualquer patologia e com suas informações visíveis e de fácil leitura; o grau 2 para as que possuem uma baixa presença de patologia e com as informações visíveis; a categoria grau 3 foi utilizada para classificar a presença de patologia, com uma pequena dificuldade na visibilidade

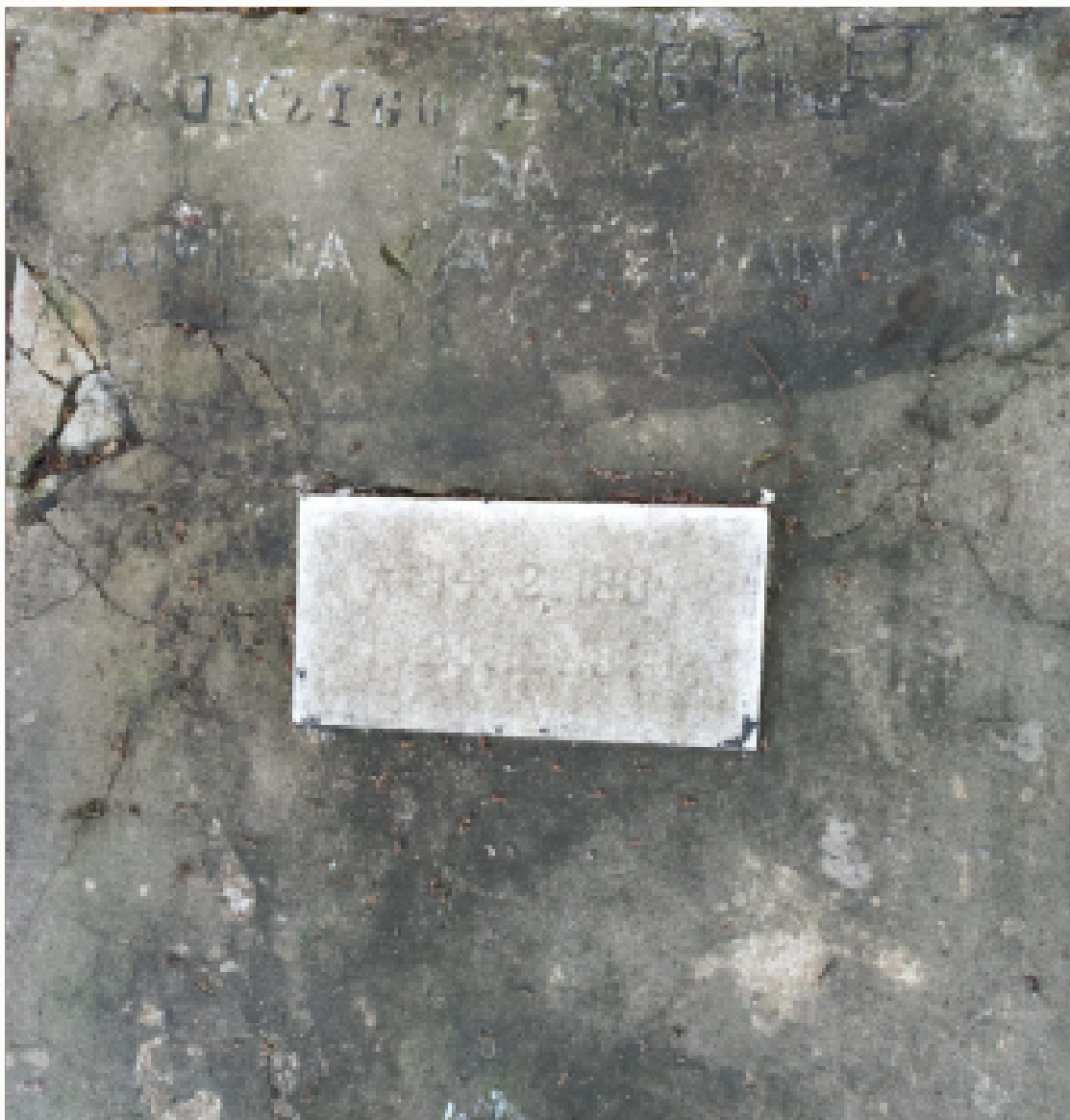
<sup>6</sup> No cemitério de Santo Amaro, ao completar dois anos e um dia de sepultamento, o morto é exumado e retirado da sepultura, para que essa possa estar disponível para receber outro falecido. Fonte: EMLURB/Recife <https://emlurb.recife.pe.gov.br>. A EMLURB é a Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana, órgão da Prefeitura do Recife responsável pela conservação da cidade, incluindo a limpeza urbana, coleta de lixo, manutenção de vias (pavimentação e drenagem), iluminação pública e cuidados com praças, parques e cemitérios.

<sup>7</sup> O glossário consiste em um manual técnico para identificar, classificar e descrever possíveis agentes em patrimônios construídos no suporte de pedra. Cf. ICOMOS (2008). *Illustrated glossary on stone deterioration patterns*. ICOMOS; International Scientific Committee for Stone (ISCS).

das informações; o grau 4 se refere a uma alta presença de patologias e dificuldades na leitura das informações; seguido, por fim, do grau 5 indica quando foi impossível ler ou analisar o conteúdo lapidal devido a patologias e dificuldades de visibilidade. O Quadro 1 exemplifica o emprego dos cinco graus a partir da materialidade referenciada na análise deste artigo.

**Quadro 1** - Imagens dos artefatos cemiteriais conforme o grau de conservação dos túmulos do Cemitério de Santo Amaro

Grau 1	Grau 2
	
Grau 3	Grau 4
	
<b>Grau 5</b>	



Fonte: Melo Júnior, 2024

Procuramos relacionar a presença de patologias nas lápides às cinco divisões aqui apresentadas, identificando como o estado de conservação afetava a leitura da informação contida na estrutura sepulcral. Houve casos em que havia alta presença de colônia de microorganismos (fungos ou bactérias), mas cuja informação estava completamente visível ou com pequena fissura na lápide que não afetava a identificação do conteúdo do texto e/ou imagens ali representadas. O inverso também entra nesse critério de análise, uma vez que a patologia da erosão pode ser identificada pelo desgaste da escrita na lápide, sem deixar outras marcas aparentes, como rachaduras, colônias biológicas ou tintas.

Para analisar o grau de conservação da materialidade funerária, utilizamos o recurso do registro fotográfico, no qual, por meio de seis visitas de campo realizadas ao longo de 2024, foram fotografados todos os objetos estudados. Para tal, foi feito uso de *smartphones* com câmeras de alta qualidade. As fotografias foram realizadas com a orientação de registrar

de modo o mais aproximado possível as lápides sem o uso da ferramenta *zoom*<sup>8</sup>, de forma a identificar as informações contidas na estrutura de modo detalhado. Na análise dos graus de conservação, realizamos triagens dos registros, selecionando quais imagens tinham componentes mais nítidos para analisarmos, uma vez que havia forte incidência de fatores externos, como sol, chuva e claridade. Por fim, formatamos os dados levantados em tabelas e, posteriormente, organizamos também em gráficos para melhor visualizar as informações extraídas, relacionadas à bibliografia do trabalho, a fim de compreender como se dá a conservação lapidal e da memória no Cemitério Senhor Bom Jesus da Redenção.

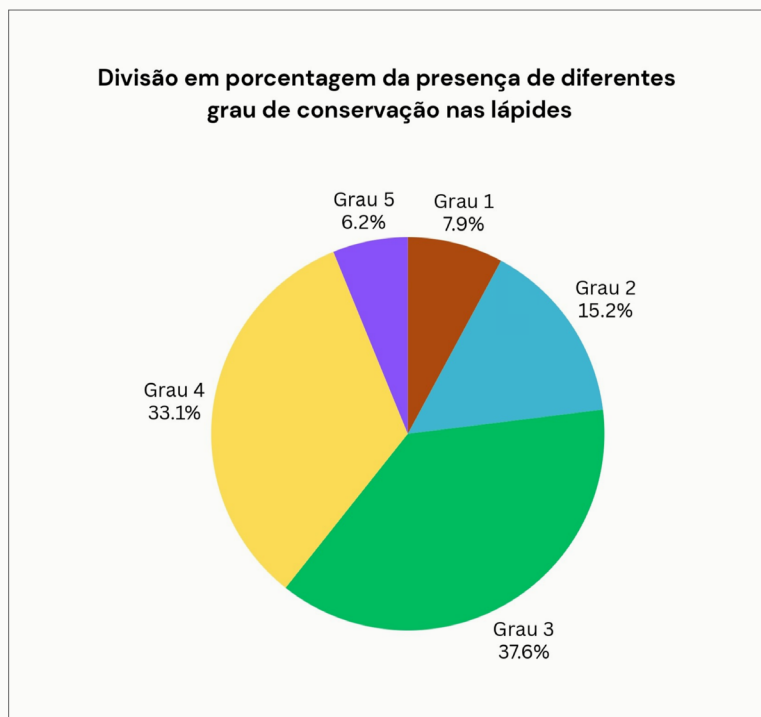
Compreender o cemitério a partir de sua conservação, no âmbito material de suas estruturas e na preservação das memórias dos que ali estão sepultados, nos permite vislumbrá-lo em uma complexidade mais ampla. Os atores humanos produzem não apenas rituais, encontros e despedidas pontualmente. Suas ações de construção, manutenção e conservação dos túmulos que evocam a memória de entes queridos inumados no cemitério apontam para um processo de continuidade de práticas que priorizam a perpetuação da memória de determinados indivíduos, enquanto a de outros vai caindo no esquecimento (Ricoeur, 2007), se associarmos o estado de conservação e o abandono de artefatos no cemitério como indícios da manutenção ou do esquecimento daqueles suportes de memória.

O estado de conservação da materialidade cemiterial estudada foi avaliado com base em uma amostra de 178 lápides que se enquadram nos requisitos temporais de recorte estabelecidos. Não foi possível realizar o levantamento da quantidade total de sepultamentos ocorridos ao longo dos 50 anos estudados, para fazer uma comparação quantitativa da amostra que perdura até os dias atuais (os 178). O que se deve ao fato de a administração do cemitério não encontrar a documentação referente a esse período em seu acervo. Diante disso, optamos por identificar determinadas variações ou padrões nos diferentes graus de conservação dos artefatos, como o tamanho ou a orientação da estrutura, bem como o tipo de propriedade tumular.

Para a análise da conservação física das lápides, foram considerados cinco graus de conservação para categorizar cada amostra. Obtivemos 14 exemplares no grau 1, 27 no grau 2, 67 no grau 3, 59 no grau 4 e 11 no grau 5. O que evidencia uma maior presença nos graus 3 e 4, uma vez que ambos somam cerca de 70,7% de toda a amostra, seguidos pelos graus 2, 1 e 5, respectivamente. O gráfico 1 apresenta a distribuição, em porcentagem, de cada grau em relação ao total analisado.

<sup>8</sup> A não utilização do *zoom* se justifica porque este recurso digital poderia afetar a qualidade das fotografias.

**Gráfico 1:** Divisão em Porcentagem da Presença de Diferentes Graus de Conservação nas Lápides



Fonte: Mélo Júnior (2025)

O gráfico demonstra a majoritária presença de condições de conservação caracterizadas pelo recobrimento parcial das inscrições contidas nas estruturas analisadas por algum tipo de patologia, tornando difícil o acesso às informações ali presentes. A soma de mais de 70% dos casos de graus 3 e 4 aponta para a falta de conservação das estruturas funerárias, nas quais atuam diferentes fatores sobre o suporte de pedra. Entretanto, o grau 5, que apresenta o maior desgaste de informações das lápides encontra-se em menor número, indicando que a quantidade de lápides que não recebem qualquer tipo de manutenção é numericamente menor.

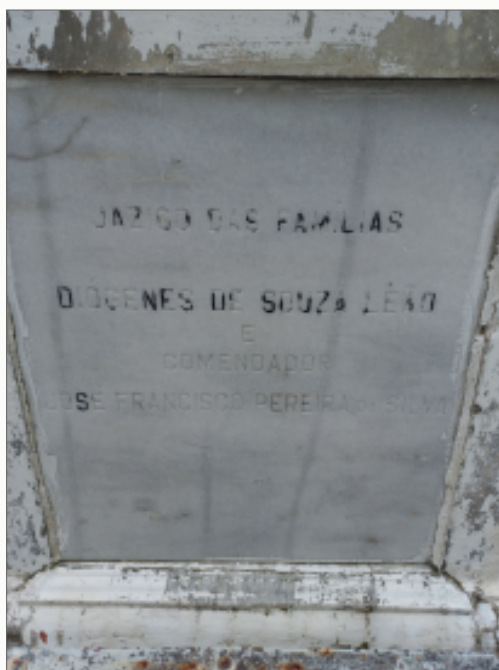
### Os tipos de degradação, conservação e memória no cemitério de Santo Amaro

Quanto aos tipos de degradação, identificamos cinco: o primeiro, com rachaduras; o segundo, com quebras parciais da estrutura lapidal; o terceiro, com colônias de agentes biológicos; o quarto, com marcas de pintura ou tinta; e, por fim, o quinto, com descoloração ou depósito. O tipo de degradação mais presente nas lápides estudadas foi a descoloração, seguida da presença de colônias biológicas, de tinta/pintura, de rachaduras e, por último, de quebras parciais da lápide.

A descoloração e os depósitos mostraram-se predominantes nas lápides. A descoloração ocorre principalmente nas inscrições lapidais, ou seja, nas informações de identidade do morto inscritas na materialidade. Esses casos tornam especificamente mais difícil o acesso aos dados do falecido das lápides cujas inscrições se encontram em baixo-relevo superficial. Contudo, houve casos em que a descoloração foi acompanhada de depósito ou de colônia biológica que preencheram as inscrições e criaram contraste com a cor do suporte, dificultando a leitura da

lápide. As figuras 1 e 2 demonstram casos de descoloração, e de depósito ou colônia biológica, respectivamente.

**Figura 1:** Lápide degradada por descoloração



Fonte: Fotografia de Fabio Mélo (2023)

**Figura 2:** Lápide degradada pela descoloração e presença de colônia biológica



Fonte: Fotografia de Fabio Mélo (2023)

Em relação às colônias biológicas presentes nas lápides, essas são formadas por diferentes organismos que passam a habitar esse espaço e, muitas vezes, caracterizam-se por lodo ou por líquen. Borge e Ellis (2024) apontam que o clima úmido influencia diretamente o crescimento de líquens. O que nos leva a relacionar a forte presença desse tipo de colônia biológica ao clima da cidade litorânea de Recife, que apresenta um período chuvoso de aproximadamente quatro meses por ano, entre maio e agosto. Outros tipos de colônias

biológicas também foram encontrados nas lápides, como plantas presentes em fissuras do artefato, conforme apresentado na Figura 3. Nesses casos, o processo foi precedido pela presença de outro agente de degradação, como fissuras, o que permitiu que o organismo vivo penetrasse mais profundamente na estrutura tumular.

**Figura 3:** Lápide degradada por rachadura na qual nasceu uma planta



**Fonte:** Fotografia de Fabio Mélo (2023)

A presença de pintura/tintas no cemitério de Santo Amaro está relacionada, segundo Costa e Castro (2015), à tentativa de ocultar outras patologias presentes na estrutura funerária. Contudo, uma vez que nossa análise parte especificamente da lápide, é necessário pontuar que na maior parte dos casos a presença de tinta no artefato aparenta se relacionar à falta de cuidado em pintar as demais partes da estrutura, assim como indica tratar-se de um derrame, como pode ser observado na figura 4. Há ainda outros exemplos em que a pintura se faz presente em toda a lápide, corroborando a ideia das autoras, como aponta a Figura 5.

**Figura 4:** Lápide degradada por derrame de pintura em pequena parte da sua superfície



**Fonte:** Fotografia de Fabio Mélo (2023)

**Figura 5:** Lápide degradada por pintura



Fonte: Fotografia de Fabio Mélo (2023)

A quebra parcial da lápide é o último tipo de degradação observado no suporte das estruturas do século XIX presentes no cemitério de Santo Amaro. Para além da rachadura, há uma quebra parcial de sua estrutura, o que provoca uma deformação e um espaço vazio na lápide. Esse tipo de caso é o que mais se aproxima da imagem de vandalismo, visto que há uma quebra. Contudo, assim como a rachadura, existem diversas razões que podem ter provocado a quebra, tais como a ação antrópica, a não humana, a climática ou algum tipo de pressão. A Figura 6 apresenta um exemplo de lápide com quebra parcial.

**Figura 6:** Lápide degradada por quebra parcial



Fonte: Fotografia de Fabio Mélo (2023)

Se a conservação da materialidade permite um maior tempo de vida ao artefato, no caso dos aparatos funerários, ela também proporciona um prolongamento do registro de memória, uma vez que determinadas estruturas funerárias visam estabelecer o novo lugar social do(s) falecido(s) por meio da materialidade do seu túmulo (Santana, 2011). Nesse sentido, é possível cogitar de que modo a conservação destes artefatos contribui para a manutenção da memória. Esse, no entanto, é assunto para outro artigo.

O estado de conservação das lápides do século XIX situadas no cemitério de Santo Amaro, que apresentam artefatos com menor desgaste – isto é, no grau 1 –, conforme os parâmetros adotados aqui, encontra-se em estruturas mais verticalizadas e maiores. O que nos leva a questionar os motivos dessa ocorrência. Visto o custo de construir esses jazigos, Machado (2017) aponta que eles pertenciam à elite recifense, uma vez que nem toda a população conseguiria arcar com esses custos. Contudo, é necessário pontuar que o maior grau de conservação não ocorre necessariamente devido ao poder econômico, mas sim porque a estrutura está verticalizada, recebendo menor incidência de agentes de desgaste em relação aos jazigos horizontais e mais próximos ao solo.

Os jazigos que são horizontais, mas com elementos que tendem ao vertical, como carneiras na parte inferior e um segundo andar (que pode ser outra carneira ou outra estrutura), aparecem com predominância de casos entre os graus 2 e 3. Esse grupo apresenta, em comum com os jazigos mais verticalizados, o uso de títulos nobres e militares (tais como de barão, baronesa, visconde, capitão, coronel, tenente, major e general) ou de profissões (a exemplo de desembargador, advogado, negociante e jornalista), e os sepultamentos que se referem à falecidos com títulos de nobreza em suas inscrições apresentam majoritariamente as degradações que se situam nos graus 1, 2 e 3. Os jazigos que mais contêm os graus 4 e 5 são os menores e aqueles cuja disposição é horizontal, como túmulos com a lápide sobre a sepultura. Segundo Sial (2007), em ambos os casos, são estruturas que aparentam ter custo de construção mais baixo e que ficam sujeitos à maior incidência de agentes de deterioração, principalmente nos casos de chuvas, presença de animais e antrópicos.

Esses dados nos levam a cogitar que determinadas estruturas construídas para a perpetuação de memórias possuem maiores condições de conservação e preservação; enquanto outras ficam mais sujeitas ao esquecimento. Ricoeur aponta que, para além da memória, existe outro processo: o do esquecimento, que pode ser natural, devido ao limite da capacidade humana de armazenar e repassar informações, ser seletivo ou ser uma memória manipulada (Ricoeur, 2007, p. 424-425). Segundo ele, o esquecimento pode se dar por meio do apagamento, pela queima de arquivos históricos ou pelo não direito a determinados espaços de memória para determinadas populações. A partir dessa argumentação, podemos considerar que, no caso do cemitério de Santo Amaro, o estado de conservação das estruturas tumulares permite o maior contato com os vestígios materiais de certas memórias. Podemos identificar os artefatos nas estruturas que podem estar sujeitas à visita e à lembrança no âmbito da memória individual, pertencentes a túmulos que não se referem a personalidades, e nas estruturas que remetem a memórias coletivas, pertencentes a personagens com títulos

de nobreza, como o Barão de Itamaracá, ou em estruturas que possuem arte tumular mais chamativa ao público que frequenta o cemitério.

Nesse sentido, a perspectiva do esquecimento a partir a análise dos vestígios materiais de memórias de falecidos no cemitério estudado opera de diferentes modos: primeiro, trata-se do esquecimento dos mortos que ocuparam túmulos rotativos e que não ocupam mais geograficamente o espaço do cemitério, mas mesmo quando ocupam, podem ser de difícil visibilidade por estarem atrás de jazigos perpétuos; há também o esquecimento possível pelo não exercício da memória dos entes queridos no caso de familiares que não realizam mais visitas, ou não providenciam a manutenção da estrutura tumular. Nesse caso, os exemplos de degradação aqui apontados podem servir como indicadores desse tipo de esquecimento. Mas esse é um tema que demanda uma análise específica, e esse artigo apenas busca apontar.

O cemitério de Santo Amaro é um espaço no qual os artefatos de memória presentes nos remetem mais às memórias que se procurou instalar nos túmulos e que se remetem ao século XIX, expressas nas estruturas que destacam as figuras de nobres, seja pela maior presença física de túmulos da nobreza titulada, seja pela arquitetura e arte presentes nesses mesmos jazigos, muitas vezes grandiosos. Apesar do esforço da prefeitura de sinalizar alguns túmulos com pequenas placas com textos sobre os feitos de determinados mortos desse período, todos constituem o mesmo parâmetro de busca pela valorização da memória de homens da elite recifense oitocentista. De modo que a população atual não desenvolveu uma relação de pertencimento à memória desses mortos. Nos dias em que há maior visitação ao cemitério, como finados, os túmulos mais visitados são de períodos históricos mais recentes, como o século XX, caracterizados por crianças milagreiras ou artistas populares, como o caso de Chico Science, ou políticos como Miguel Arraes.<sup>9</sup>

O cemitério de Santo Amaro é uma necrópole que atende a uma população ampla e diversa, culturalmente, socialmente, religiosamente e economicamente. Contudo, ele conserva memórias elitizadas em relação aos seus 50 primeiros anos de funcionamento, por meio da preservação de sepultamentos com grandes estruturas funerárias, de menções a titulações em suas epígrafes e de materiais mais sofisticados. Os vestígios de memória conservados nos artefatos relativos ao início da construção do cemitério de Santo Amaro demonstram um descompasso social, na presença de vestígios de memória da população não pertencente às elites do passado no cemitério.

## Considerações sobre o tratamento de remanescentes de sepultamento humano

As discussões contemporâneas sobre ética no tratamento de remanescentes humanos e contextos funerários têm sido amplamente tensionadas por abordagens críticas da arqueologia, da antropologia e dos estudos patrimoniais. A morte, enquanto fenômeno social, não se limita ao evento biológico, mas constitui um processo cultural profundamente imbricado em relações de poder, memória e identidade (Pearson, 1999; Silva, 2014). Nesse sentido, o

<sup>9</sup> Araújo, T. (30 out. 2023). Dia de Finados: 20 mil pessoas devem visitar cemitérios do Recife, estima a prefeitura. *Folha de Pernambuco*. <https://www.folhape.com.br/noticias/dia-de-finados-expectativa-e-de-que-20-mil-pessoas-devem-visitar/299088/>. Acesso em: 24 jun. 2026.



tratamento de remanescentes humanos exige não apenas protocolos técnicos, mas também uma postura ética sensível às comunidades envolvidas, aos descendentes e aos significados simbólicos atribuídos aos mortos. Assim, diretrizes internacionais reforçam a necessidade de práticas colaborativas, de transparência e de respeito, sobretudo em contextos marcados por desigualdades históricas e coloniais (Meskell, 2005).

No âmbito dos espaços cemiteriais, essas orientações adquirem uma dimensão ainda mais sensível, uma vez que tais locais não se configuram apenas como depósitos de remanescentes humanos, mas também como territórios de memória, afetividade e continuidade social. A partir da chamada *Vermillion Accord*, estabelecida pelo *World Archaeological Congress*,<sup>10</sup> enfatiza-se que os remanescentes humanos devem ser tratados com dignidade e respeito, reconhecendo-se tanto os vínculos culturais das comunidades descendentes quanto o valor científico desses vestígios. Essa perspectiva desloca o foco de uma arqueologia meramente extrativista para uma prática ética e relacional, na qual os diferentes sujeitos envolvidos participam ativamente das decisões sobre escavação, análise, guarda e eventual reenterramento (Fforde, 2020).

Nos contextos cemiteriais, especialmente em sociedades marcadas por passados coloniais, escravistas e racializados, como no caso brasileiro, tais diretrizes implicam reconhecer que a materialidade funerária está profundamente atravessada por relações de poder. Como argumenta Lynn Meskell (2005), o patrimônio, incluindo os remanescentes de sepultamentos humanos, não deve ser considerado neutro, mas sim um campo de disputas contemporâneas por reconhecimento, reparação e justiça histórica. Nesse sentido, a investigação arqueológica em cemitérios demanda não apenas rigor metodológico, mas também uma escuta ativa das comunidades envolvidas, incluindo grupos religiosos, populações tradicionais e descendentes diretos. A transparência nos processos, desde a definição dos objetivos da pesquisa até a destinação dos materiais, torna-se fundamental para evitar a reprodução de violências epistêmicas e simbólicas.

Além disso, Parker Pearson (1982) destaca que os espaços funerários são construções sociais que expressam visões de mundo, hierarquias e identidades. Deste modo, intervenções arqueológicas nesses contextos não podem desconsiderar os significados atribuídos aos mortos e aos rituais funerários pelas comunidades vivas. A adoção de práticas colaborativas, como consultas prévias, consentimento informado e co-gestão do patrimônio, alinha-se, portanto, a uma ética do cuidado que reconhece os cemitérios como espaços vivos, onde passado e presente se entrelaçam. Em última instância, trata-se de compreender que a arqueologia cemiterial, ao lidar com bens sensíveis, exige não apenas técnicas especializadas, mas também um compromisso político e ético com a dignidade humana, a memória coletiva e a justiça social (Lima et al., 2022).

Os espaços funerários guardam em si um emaranhado de sentidos e silêncios. Tidos muitas vezes como marginais na paisagem urbana ou rural, os cemitérios são, ao mesmo tempo, territórios de memória e de esquecimento. A ciência arqueológica, nesse sentido, voltada à investigação das materialidades do passado e do presente, tem o dever ético de se

<sup>10</sup> WORLD ARCHAEOLOGICAL CONGRESS. *Code of Ethics*. 1990 (revisto posteriormente). Disponível em: <https://worldarch.org/code-of-ethics/>

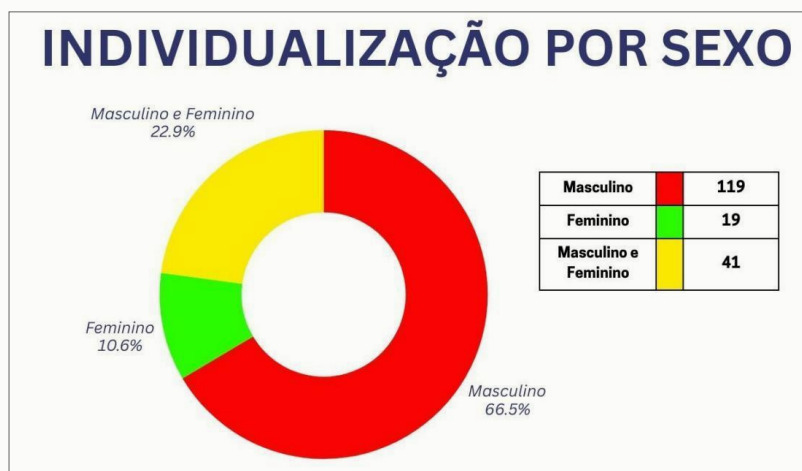


debruçar sobre essas camadas, compreendendo a dimensão política que os remanescentes humanos, seus contextos e os espaços de sepultamento carregam. O tratamento dado a esses lugares não pode se dar de forma descolada das histórias de violência, exclusão e desigualdade que estruturam a morte, sobretudo nos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento. Aspecto que nos remete ao termo “morte social”, definido como um estado em que indivíduos ou grupos são excluídos ou esquecidos pela sociedade. Com isso, o indivíduo em si “morre” em vida, antes mesmo da sua morte biológica. Transcende uma série de discussões que perpassam as pessoas socialmente excluídas; dentre elas, estão, em sua maioria, pessoas do sexo feminino, racializadas e socioeconomicamente vulneráveis. Os recortes de gênero, raça e classe devem necessariamente ser considerados nas análises dos vestígios mortuários, entendendo-os como parte de um patrimônio cultural sensível (Patterson, 2008).

Em contextos arqueológicos cemiteriais, essa morte social permanece visível mesmo na forma como se arquiteta o esquecimento. A ausência de nomes nas lápides, a precariedade dos registros documentais, o abandono das sepulturas e a baixa representação de determinados grupos nos acervos públicos reforçam uma lógica de silenciamento que se estende da vida à morte. Por isso, torna-se urgente que a arqueologia desenvolva protocolos éticos mais sensíveis a esses atravessamentos e se comprometa com a restituição simbólica e afetiva da memória desses sujeitos.

O termo “sensível” surge aqui como vinculado ao termo “coleção sensível”, proposto pelo Código de Ética para Museus do Conselho Internacional de Museus,<sup>11</sup> que parte da premissa de que os bens culturais transcendem as materialidades. O que, nesse sentido, traz à tona uma série de discussões sobre classe, raça e gênero, que vai além do escopo analítico da conservação. Exemplo disso, conforme evidenciado no Gráfico 2, é o próprio levantamento de dados realizado no Cemitério de Santo Amaro, no qual a análise das identificações por sexo revelou uma expressiva predominância de registros masculinos (66,5%), frente a apenas 10,6% de registros femininos e 22,9% com classificações múltiplas.

Gráfico 2: Divisão por sexo, das lápides analisadas



Fonte: Melo (2024)

<sup>11</sup> ICOM. Código de Ética para Museus - ICOM, aprovado na 21a Assembleia Geral, Coreia do Sul, 2004.

Embora, à primeira vista, o gráfico acima se trate de um dado quantitativo, ele representa um recorte que evidencia desigualdade histórica de representação e valorização. Questões como: quem é digno de nome e de memória, ou de monumentalização de sua espacialidade pós-morte? Reconhecer os cemitérios como bens sensíveis implica, portanto, adotar práticas arqueológicas críticas, colaborativas e contracoloniais, que integrem as comunidades envolvidas, escutem memórias coletivas e interroguem os silêncios estruturais. A ciência arqueológica precisa atuar para além das atividades de cunho puramente científico, mergulhando em discussões sociais que permeiam o presente, visto que, segundo Ruibal (2012), a ética arqueológica é transtemporal. Nesse sentido, apesar de lidarmos com contextos recuados, o espaço cemiterial de Santo Amaro suscita uma série de reflexões atuais que não devem ser negligenciadas, como as disputas de memória, que fomentam políticas de reparação simbólica e de reconhecimento.

*Hacer una arqueología genealógica en sentido foucaultiano: busca las condiciones de emergencia de los fenómenos históricos y sus repercusiones en el presente. Finalmente, destruir la temporalidad moderna tiene repercusiones importantes para la ética. Porque si el pasado está en el presente, no podemos separar el compromiso moral de la actualidad con el de los que nos han precedido. La ética arqueológica es una ética transtemporal (Ruibal, 2012, p.106).*

O cuidado com a memória dos mortos é também uma forma de cuidado com os vivos. Preservar cemitérios, dar visibilidade a sujeitos esquecidos e promover debates públicos sobre a função social da arqueologia são ações urgentes diante do avanço da especulação imobiliária, do racismo ambiental e da patrimonialização excludente. Nesse sentido, a arqueologia cemiterial, quando orientada por práticas éticas e socialmente comprometidas, pode contribuir para a problematização de processos históricos de silenciamento e invisibilização de determinados sujeitos e grupos sociais. Mais do que produzir conhecimento sobre os mortos, tais estudos permitem refletir criticamente sobre as desigualdades, as disputas de memória e os mecanismos de exclusão que permanecem materializados nos espaços funerários contemporâneos.

## Considerações finais

A análise das condições de conservação das lápides oitocentistas do Cemitério do Senhor Bom Jesus da Redenção evidencia que a preservação da materialidade funerária é diretamente condicionada por fatores estruturais, econômicos, ambientais e sociais. Não há homogeneidade nos vestígios de memórias que se podem identificar a partir do estudo destes suportes, pois as trajetórias individuais são marcadas por capitais simbólicos, títulos sociais e escopo do poder econômico. Estes vestígios se materializam em estruturas com maior probabilidade de perdurar no tempo, em virtude da concessão perpétua, de suas estruturas mais verticalizadas e de sua maior manutenção e limpeza, enquanto aquelas que se vinculam a sujeitos historicamente marginalizados se desfazem silenciosamente, vítimas do desgaste material e do esquecimento social.



Nesse sentido, torna-se urgente reconhecer que a conservação lapidar não se limita a um exercício técnico ou estético, mas também representa um ato político de manutenção dos vestígios de memória. A presença majoritária de estruturas em estados medianos ou críticos de degradação de túmulos ligados à elite do século XIX aponta para um padrão seletivo de preservação que reproduz desigualdades históricas no espaço da morte. A arqueologia precisa ultrapassar o diagnóstico material e assumir um compromisso ético e crítico com a memória social, e o objetivo desse artigo foi chamar a atenção para essa demanda por meio da demonstração dos tipos de vestígio tumular e de seu processo de degradação nas lápides de sepultamentos do período inicial de funcionamento do Cemitério de Santo Amaro, em Recife, nos primeiros cinquenta anos.

Para avançarmos nessa direção, é necessário adotar práticas arqueológicas sensíveis aos atravessamentos de classe, gênero, raça e religiosidade, que não apenas interpretem o passado, mas também contribuam para uma política de reparação simbólica, como a conservação e patrimonialização de túmulos que sejam relevantes para populações marginalizadas, ou ações de visitas mediadas a partir da perspectiva arqueológica e histórica acerca dos diferentes grupos que existem no cemitério. O cemitério de Santo Amaro, ao mesmo tempo em que testemunha a monumentalização de certas histórias, evidencia o apagamento de tantas outras, reafirmando o papel central da arqueologia na disputa por narrativas e por justiça memorial. Preservar as lápides é, portanto, preservar os ecos de vidas que insistem em não desaparecer, e reconhecer, por fim, que a conservação dos vestígios de memória dos mortos é, sobretudo, um gesto de cuidado com os vivos.

## Referências Bibliográficas

Almeida, E. A. de. (2005). A Articulação dos espaços públicos na paisagem do Recife através da evolução urbana. In V. Pontual & A. R. S. Carneiro (Org.). *História e Paisagem: Ensaio Urbanísticos do Recife e de São Luís* (1ª ed., pp. 114-145). Edições Bagaço.

Andrade, M. L. & De Faria, L. O. P. L. (2023). Transformações urbanas recentes face à perspectiva de conservação dos ambientes naturais em Ubatuba-SP. *Geograficidade*, 13(2), 83-103. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=10062262>.

Bellomo, H. R. (Org.) (2000). *Cemitérios do Rio Grande do Sul. Arte. Sociedade. Ideologia*. Edipucrs.

Borge, M. & Ellis, C. J. (2024, julho). A chromosome-level genome of *Camellia sinensis* var. *assamica* provides new insights into the formation of caffeine and catechins. *Annals of Botany*, 134(1), 43–58. <https://academic.oup.com/aob/article/134/1/43/7618071>.

Borges, M. E. (2002). *Arte funerária no Brasil (1890-1930): ofício de marmoristas italianos em Ribeirão Preto*. Gráfica UFG.

Castro, E. T. (2010). *Aqui também jaz um patrimônio: identidade, memória e preservação patrimonial a partir do tombamento de um cemitério (o caso do Cemitério do Imigrante de Joinville/SC. 1962 – 2008)* [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91822>.



Catroga, F. (2015). *Memória, história e historiografia*. Editora FGV.

Choay, F. (1992). *L'allégorie du patrimoine*. Seuil.

Comerlato, F. (2012, julho a dezembro). O Patrimônio Cemiterial do Município de Cachoeira, Recôncavo da Bahia. *Revista Habitus*, 10(2), 203-214. <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2827/1722>.

Comerlato, F.; Santos, R. R. dos; Bulcão, M. C. & Gomes, A. de S. (2013, janeiro a junho). Preservação dos cemitérios de Cachoeira e São Félix, Bahia: apontamentos para a sua conservação. *Revista Inter-Legere*, 1(12), 77-98. <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/4195/3428>.

Costa, G. S. da; Castro, V. M. C. de. (2015). Patrimônio funerário do cemitério histórico de Santo Amaro, no Recife: estado de conservação dos primeiros túmulos, *Fundamentos*, v. XII.

Cymbalista, R. (2002). *Cidade dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. Annablume; Fapesp.

Diniz, M. P. (2022). Políticas de conservação urbana: uma abordagem morfológica para a preservação da paisagem histórica. *Revista Thêma et Scientia*, 12(2E), 284-307.

Fforde, C. (2020). Vermillion accord on human remains (1989) (indigenous archaeology). In *Encyclopedia of global archaeology* (pp-11016-11019). Springer International Publishing.

Froner, Y.-A. (1995). Conservação preventiva e patrimônio arqueológico e etnográfico: ética, conceitos e critérios. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 5, 291-301. [https://revistas.usp.br/revmae/pt\\_BR/article/view/109243](https://revistas.usp.br/revmae/pt_BR/article/view/109243).

Ghetti, N. C. (2015). Saber cuidar: a conservação arqueológica na perspectiva da preservação, salvaguarda e valorização do acervo arqueológico. *Cuadernos del Instituto Nacional de Antropología y Pensamiento Latinoamericano - Series Especiales*, 2(3), 54-70.

Gonçalves, J. R. S. (2005). Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes antropológicos*, 11, 15-36.

Lima, I. P.; Da Rocha, L. A.; Da Silva, J. C. G. L. (2022). Lugar, memória e respeito: Cemitério, uma visão arqueológica. In O. A. de Carvalho & A. N. de Queiroz (Org.). *Uma viagem pela arqueologia nordestina* (Vol. 3, pp-182-200). Editora UFS.

Lima, T. A. (1994). De morcegos e caveiras a cruzes e livros: a representação da morte nos cemitérios cariocas do século XIX (estudo de identidade e mobilidade sociais). *Anais do Museu Paulista*, 2(1), 87-150.

Macedo, J. L. (2021). *Ficha de diagnóstico e tratamento de conservação-restauração de sepulturas*. [Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Pelotas].

Machado, F. D. de M. (2017). *Arqueologia da morte no Cemitério de Santo Amaro: um estudo sobre o Recife oitocentista*. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco].

Menezes, M. & Veiga, M. D. R. (2021). Conservação e reabilitação Urbana. *Cidades. Comunidades e Territórios*, (42). <https://journals.openedition.org/cidades/3755>.

- Meskill, L. (2005). Archaeological ethnography: conversations around Kruger National Park. *Archaeologies*, 1(1), 81–100.
- Oliveira, V. & Arat, M. (2023). Conservação e transformação na prática de planejamento: o método de regionalização morfológica. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, 15, e20230005. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.015.e20230005>.
- Pearson, M. P. (1999). *The archaeology of death and burial*. Texas A&M University Press.
- Pagoto, A. A.. (2004). *Do âmbito sagrado da igreja ao cemitério público: transformações fúnebres em São Paulo (1850/1860)*. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Patterson, O. (2008). *Escravidão e morte social: Um estudo comparativo* (F. D Joly, Trad). EdUSP.
- Pearson, M. P. (1982). Mortuary practices, society and ideology: an ethnoarchaeological study". In I. Hodder (Ed). *Symbolic and Structural Archaeology (New Directions in Archaeology)* (pp-99-114). Cambridge University Press.
- Pollak, M. (1989). Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2(3), 3-15.
- Reis, J. J. (1991). *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. Companhia das Letras.
- Ribeiro, L. (2012, julho a dezembro). Maria, párvua exposta, Domingos, padre maculado. Ensaio de arqueologia micro histórica. *Vestígios-Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*, 6(2), 132-180.
- Ricoeur, P. (2007). *A memória, a história, o esquecimento* (A. François et al., Trad.) Editora da Unicamp.
- Rodrigues, C. (1997). *Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro*. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração.
- Ruibal, A. G. (2012). Hacia otra arqueología: diez propuestas. *Complutum*, 23(2), 103-116. <https://revistas.ucm.es/index.php/CMPL/article/view/40878/39138>.
- Sahlins, M. (1985). *Islands of History*. University of Chicago.
- Santana, F. J. S. (2011). *A retórica fúnebre: uma abordagem histórico-discursiva de epitáfios, obituários e memoriais virtuais*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Pernambuco].
- Sial, V. V. C.; Silva Júnior, A. L.; Oliveira, C. A.; Silva, S. F. S. M. (2025). Os arruamentos da morte: memórias paisagísticas dos cemitérios públicos nos arrabaldes recifenses oitocentistas. *Revista Hum@nae*, 19(2), 1-35. <https://revistas.esuda.edu.br/index.php/humanae/article/view/1041/468>.
- Sial, V. V. C. (2005). *Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do Século XIX* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Campinas].

Silva, S. F. S. M. da. (2014). *Arqueologia funerária: corpo, cultura e sociedade. Ensaio sobre a interdisciplinaridade arqueológica no estudo de práticas mortuárias*. Editora UFPE.

Strauss, A. (2012, maio a agosto). Possibilidades e limitações interpretativas da Hipótese Saxe/Goldstein. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi – Ciências Humanas*, 7(2), 525-546.

Verdery, K. (1999). *The Political Lives of Dead Bodies: Reburial and Postsocialist Change*. Columbia University Press.

Zanchetti, S. M. (2003). Conservação Integrada e planejamento urbano: uma revisão. *Cadernos de estudos sociais*, 19(1), 107-124.

*Submetido em: 31 de julho de 2025*

*Aprovado em: 26 de junho de 2026*

